



JORNAL DO

Procurador

41

Publicação da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo

APESP

ABR / MAI 2009

O MOMENTO É AGORA

PARIDADE JÁ!

Balanço

Com trabalho e dedicação, diretoria completa um ano de gestão!

3

Remuneração

Apesp se mobiliza no Congresso Nacional

6

Homenagem

Um tributo ao colega Nilton de Freitas Monteiro

7

Instituição

Novo Conselho: conheça o representante do Contencioso Tributário-Fiscal

8



JORNAL DO Procurador

APESP

Associação dos Procuradores do Estado
de São Paulo – APESP

Diretoria Gestão 2008/2010

PRESIDENTE

Ivan de Castro Duarte Martins

VICE-PRESIDENTE

Uilson Ramos Franco

SECRETÁRIA GERAL

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA FINANCEIRA

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Ana Carolina Izidorio Davies

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA

Juarez Sanfelice Dias

DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Adriana Moresco

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

CONSELHO ASSESSOR

Ana Cristina Leite Arruda

José Damião de Lima Trindade

Paulo Francisco Bastos Von Bruck Lacerda

Rosina Maria Euzébio Stern

Sebastião Vilela Staut Junior

Tânia Henriqueta Lotto

CONSELHO FISCAL

Ana Maria Bueno Piraino

Arlson Garcia Gil

Paulo Sérgio Garcez Guimarães Novaes

EDIÇÃO, REDAÇÃO DE TEXTOS E FOTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável – MTB 30.748)

Tsonis Comunicação e Consultoria Ltda

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO, CAPA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Fonte Design

Tel. (11) 3864 8974

TIRAGEM

1.900 exemplares

Acesse a versão *on-line* do
JORNAL DO PROCURADOR
no *site* <www.apesp.org.br>
Publicação periódica distribuída
gratuitamente pela APESP.

Editorial

A greve das perucas e a paridade entre as carreiras jurídicas.

Escrevo direto de Brasília, para onde, neste último mês, praticamente transferei minha sede de atividades, depois que a notícia da iminente instalação da Comissão Especial, encarregada de analisar o mérito da PEC 210/07, deu ao caso o nível de prioridade máxima e passou a exigir acompanhamento contínuo e presencial. Mesmo assim, vou procurar pagar uma ingênua promessa feita aos meus poucos leitores: a de falar sobre a estreita relação que descobri entre as perucas e a tão sonhada paridade e, ao mesmo tempo, tentar acalmar o jornalista responsável pela edição deste periódico, que já o tem pronto para ser rodado na gráfica e mesmo assim permanece, pacientemente, à espera deste texto que tarda a não mais poder.

Sei que o título dado ao artigo pode sugerir alguma brincadeira, como constatei quando utilizei o argumento, pela primeira vez, nos idos de março ou abril de 2003, em sessão ordinária do Conselho da PGE, durante meu segundo mandato como conselheiro eleito, biênio 2003/2004. Mas o curioso é que se pode estabelecer, de fato, uma íntima ligação entre as perucas e a paridade, pelo menos lá na Inglaterra, onde são de uso tradicional nos tribunais, como procurarei demonstrar com o caso que em breve relatarei, se houver, da parte do incauto leitor, disposição para aguardar um instantinho mais.

É que, antes de prosseguir no desenvolvimento de minha idéia central, como falei da Inglaterra, lembrei-me de alguns fatos surpreendentes, pelo menos a meu juízo, que, ultimamente, a mantêm nas páginas noticiosas do mundo todo, seja por conta dos experimentos que, de acordo com o que leio nos poucos jornais que me caem nas mãos, conduziram à produção do nucleotídeo (agrupamento de pequenas peças para formar o ácido nucléico), levando os pesquisadores britânicos a acreditar haverem desvendado um antigo mistério sobre o surgimento da vida: o processo químico responsável pelo surgimento de uma molécula complexa capaz de guardar informações genéticas dos seres vivos a partir de substâncias simples; seja por outras revelações igualmente assombrosas, versando estas sobre uma prática política muito usual nas chamadas repúblicas de bananas: a escandalosa utilização de dinheiro público para cobrir despesas desnecessárias. Vejo que, dentre as denúncias feitas pelo jornal The Daily Telegraph, uma acusava os representantes britânicos de usarem o auxílio-moradia para reformar a própria casa ou para pagar prestações de imóveis. A conclusão inevitável que disso retiro é a de que o submundo da política parece igual em qualquer canto do planeta.

E por falar de planeta e de submundo, não é que, por incrível coincidência, da mesma Albion, nos chega outra curiosidade interessante, pelo menos para quem acompanha a vida dos astros. Trata-se do falecimento da senhora Venetia Phair, aos 90 anos, na cidade de Surrey. Segundo nos informa o jornalista Ruy Castro, foi ela quem, em 1930, quando contava apenas 11 anos de idade, batizou com o nome de Plutão a um recém descoberto planeta perdido nas franjas do Sistema Solar. Pois bem, de acordo com a mesma fonte, Plutão é o deus romano do submundo!

Peço ao leitor mais um pouco de paciência, pois já chego nas perucas.

Minha missão no Distrito Federal é, primeiro, acompanhar, na Câmara dos Deputados, a tramitação da PEC 210/07, de autoria de deputado Régis de Oliveira e, no Senado, a da PEC 21/08, de autoria do senador Álvaro Dias, e, segundo, tentar incluir emenda aditiva que estenda aos pro-

curadores de estado as mesmas disposições. As propostas são idênticas e visam a alterar os artigos 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos integrantes das carreiras da magistratura e do ministério público, bem como de excluí-lo do cálculo do teto salarial até o limite de 35% do valor do subsídio. Em outras palavras, se aprovada uma dessas emendas, os magistrados e os membros do Ministério Público poderão acumular até 7 quinquênios sem que esses adicionais sejam considerados no cálculo para definição do valor a ser cortado pelo teto constitucional. Isso quer dizer que o teto, para essas carreiras, poderá ser ultrapassado em até 35% do valor do subsídio.

A motivação das propostas é restituir a essas carreiras o prestígio do tempo de serviço mediante acréscimo remuneratório a ele proporcional, de modo a valorizá-las e a estimular seus integrantes para melhor desempenhar suas funções, o que contribui para conservar e atrair para seus quadros bons profissionais. Nada mais justo, quando se trata de carreiras de longo prazo, sobretudo quando o tempo de permanência exigido para a aposentadoria vem sendo alongado por conta de um equilíbrio atuarial. O problema é deixar de fora as demais carreiras que desempenham funções igualmente essenciais à justiça, tanto que delas se ocupa o mesmo capítulo da Constituição Federal. Se aprovada sem alterações alguma dessas PECs, a diferença salarial, que já não é pequena nos níveis iniciais e que se mantém reduzida nos níveis finais apenas por conta do teto e do subteto definidos no artigo 37, XI, da CF/88, pode se elevar a um diferencial de até 35% do valor do subsídio, aprofundando o fosso entre essas carreiras, o que, sem dúvida, será daninho para a boa qualidade da defesa do estado, à medida que se constituirá em desestímulo à permanência nos quadros dessas instituições desfavorecidas pelo esquecimento do reformador constitucional.

E o cansado leitor já deve estar a se perguntar o quê as perucas têm a ver com essa história? A resposta nos remete a uma outra curiosidade inglesa. É que lá, vejam que coisa singular, alguns procuradores que atuam perante os tribunais dispõem do cobiçado direito ao uso de perucas, aliás de mui duvidoso efeito estético, mas – fazer o quê? é da tradição deles, e isso acabou se tornando símbolo de status, enquanto outros procuradores, embora desempenhando idênticas funções, mas fora dos tribunais, se veem privados desse mesmo direito. Pois é, não tardou muito para que os desfavorecidos reivindicassem idêntica regalia a ponto de, em uma determinada época, como li na notícia que relatei naquela sessão do Conselho, chegarem até a fazer uma greve! Não sei se foram vitoriosos, mas aqui encerro este longo artigo deixando a seguinte indagação: se a simples impossibilidade de usar uma caricata, deselegante e antiquada peruca colocou uma carreira em polvorosa, qual não seria, então, o efeito de uma defasagem salarial que beirasse, grosso modo, os 35%?

Por isso a APESP está em Brasília em campanha que promete ser de longo prazo, empenhada num intenso trabalho de convencimento dos senhores parlamentares e de acompanhamento permanente das sessões da Comissão Especial e das futuras votações dos projetos em pauta. E tudo tem corrido bem até aqui, o barco permanece no cais do porto e o trabalho da associação é assegurar que sejamos todos recebidos a bordo.

Ivan de Castro Duarte Martins



Com trabalho e dedicação, diretoria completa um ano de gestão!

No último mês de abril, a diretoria da Apesp (biênio 2008/2010) completou o primeiro ano à frente da entidade, com um intenso e profícuo trabalho. A confraternização entre os procuradores, inovações na área de comunicação, ganhos patrimoniais, criação de vários convênios, prestação de serviços aos associados e grande mobilização política caracterizaram as atividades da atual gestão. A seguir, o Jornal do Procurador destaca os principais fatos:

Assembléia Geral

Em 31/10/2008, realizou-se uma Assembléia Geral Extraordinária, com 100 presentes e 142 associados representados por procuração, para deliberar sobre a condução política e apresentação de emendas ao PLC n. 53/2008 (convertido na Lei Complementar n. 1.082/2008), que alterou a LOPGE e estabeleceu a promoção desvinculada (leia mais no tópico “Mobilização política”). Ademais, a AGE autorizou a permuta dos dois conjuntos pertencentes à Apesp, no 23º andar do Edifício Mercantil Finasa (Rua Libero Badaró, 377), por três conjuntos situados no 9º andar, concretizada em abril de 2009 (leia mais no tópico “Incremento patrimonial”).



Social

• O XII Encontro Estadual de Procuradores, realizado em junho de 2008, no Hotel Villa Rossa, em São Roque, SP, apresentou uma programação que mesclou descontração, atividades esportivas, recreação e uma palestra reflexiva e divertida com o

doutor Flávio Gikovate, sobre um tema relevante: a felicidade em nossas vidas. Além disso, a noite fria foi animada por uma deliciosa festa junina, com direito a quadrilha e fogueira.



• O XIII Encontro Estadual de Procuradores de Estado, realizado em março de 2009, no Maresias Beach Hotel, em São Sebastião, contou com atividades de lazer, culturais e esportivas – desenvolvidas durante os três dias do Encontro. Os momentos mais marcantes foram o Luau, com mesa de frutas e música ao vivo, e o churrasco à beira da piscina, com roda de samba. O sucesso e a procura por vagas foi tão grande que a Apesp realizou, em abril de 2009, o XIV Encontro Estadual de Procuradores de Estado no mesmo local.



• A confraternização de final de ano da Apesp foi realizada em 12/12/2008, no Clube Monte Líbano. Mais de 900 procuradores, familiares e convidados reuniram-se para celebrar os 60 anos de existência da Apesp. A animação ficou por conta do show da banda Capital Inicial, que mesclou antigos sucessos – tais como “Fogo”, “Independência” e “Fátima” – com músicas do novo repertório – “Aqui” e a cover de “Mulher de Fases”. “Há muito tempo não faço um show tão íntimo. Vou poder caminhar entre vocês”. A promessa foi

cumprida: o vocalista Dinho Ouro Preto desceu à platéia e fez os procuradores cantarem. A noite ainda trouxe uma grande surpresa: a apresentação da escola de samba Vai-Vai.



• Dentre os destaques das atividades sociais está a realização de happy hours para homenagear os aniversariantes do mês. Em 08/08/2008, o evento comemorativo foi realizado na Sala São Paulo, seguido da apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), sob a regência de Alexander Vedernikov. Além disso, a tarde dos aposentados passou a ser realizada mensalmente, também na sede social da entidade.



Eventos

• Em 08/08/2008, dirigentes das associações estaduais de procuradores do Estado reuniram-se na Apesp para compartilhar as dificuldades das PGEs, expor experiências de lutas regionais e definir estratégias para uma intervenção conjunta nas instâncias federais. Em pauta, as PEC ns. 210/2007, 82/2007 e 358/2005.



• Durante o seminário “20 anos de Constituição Democrática na visão da Advocacia Pública Brasileira – Tutela dos Direitos Humanos e dos Interesses Difusos” – parceria entre a Apesp, o Centro de Estudos da PGE, Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município de São Paulo (Cejur) e o Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP) – realizado na sede da Apesp, em 20/08/2008, os presentes foram agraciados com uma palestra proferida pelo ministro do STJ, Antônio Herman V. Benjamin, sob o título “A Constituição de 1988 na visão da advocacia pública”.

• Em 01/12/2008, no Centro Sociocultural, uma sublime apresentação da Orquestra Bachiana Jovem, sob regência do maestro Laércio Diniz, deu início às festividades em comemoração aos 60 anos da Apesp. A efeméride contou também com a publicação de um livro sobre a história da Apesp (editora Lettera.doc), elaborado por Cássio Schubsky, editor e historiador.



• Em 25/09/2008, a Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (Jusprev) foi lançada oficialmente, na sede social da Associação Paulista dos Magistrados. O evento marcou o

início da comercialização dos Planos de Benefícios Previdenciários (Planjus) no Estado de São Paulo. Na mesma data, a Apesp promoveu em sua sede uma palestra com Luiz Fernando Baldi, procurador do Estado do Paraná e diretor jurídico de Benefícios Previdenciários da Jusprev, quando foram esclarecidos o funcionamento e os benefícios dos Planjus.

• Em 30/03/2009, o Centro Sociocultural da Apesp teve o privilégio de sediar o evento de lançamento do livro “Advocacia Pública - Aparentamentos sobre a História da Procuradoria do Estado de São Paulo” (Imprensa Oficial, coordenação editorial e texto de Cássio Schubsky, 412 p., R\$ 50,00). Prestigiada com a presença de chefes do Poder Legislativo federal e estadual, representantes do Poder Judiciário, secretários estaduais e municipais, deputados e dirigentes de diversas instituições e entidades coirmãs, a solenidade teve a presença de mais de 300 participantes.

Comunicação

• No final de 2008, a Apesp inaugurou um site reformulado, com visual moderno, conteúdo atualizado e repleto de informações, prestação de serviços aos associados e novas funcionalidades: enquête, linha do tempo, álbum de imagens, banco de permutas e legislação.

• Em fevereiro de 2009, o tradicional informativo “Notícias do Conselho” passou a ser veiculado com o recurso do áudio das sessões do Conselho da PGE. Agora, o associado conta com um texto resumido e a íntegra do áudio das reuniões do órgão.

Incremento patrimonial

Em abril de 2009, a Apesp e os advogados titulares do escritório Innocenti Advogados Associados assinaram instrumento particular de compromisso de venda, compra e permuta de bens imóveis, ajustando futura permuta dos dois conjuntos (2.307 e 2.308) pertencentes à Apesp, no 23º andar do Edifício Mercantil Finasa (Rua Libero Badaró, 377), por três conjuntos (910, 911 e 912) situados no 9º andar do mesmo edifício e ao lado da atual sede administrativa da Apesp. A operação não acarretará custos para a associação e proporcionará a incorporação de uma área útil maior, caso haja necessidade de ampliação das atuais instalações. A permuta foi autorizada pela

Carreira, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 31/10/2008

Mobilização política

• PLC n. 53/2008 – assim que o PLC n. 53/2008 (convertido na Lei Complementar n. 1.082/2008), que alterou a LOPGE e estabeleceu a promoção desvinculada, foi enviado à Alesp pelo governador José Serra, a Apesp conclamou os procuradores à mobilização. A diretoria organizou uma reunião aberta e plantões, com o propósito de colher as sugestões dos colegas para a elaboração de emendas. Ademais, promoveu uma AGE, em 31/10/2008, para referendar a condução política da entidade, no tocante ao PLC n. 53. A apresentação de 17 emendas e o intenso corpo a corpo com os deputados estaduais resultou em uma vitória que reverteu os retrocessos presentes na proposta original apresentada pelo Executivo.



• PLC n. 01/2009 – em dezembro de 2008, o PLC 81/2007, de autoria do deputado Roberto Felício (PT), para a supressão do inciso I do artigo 242 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que “proíbe ao funcionário referir-se depreciativamente, em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, apreciá-los sob o aspecto doutrinário e da organização e eficiência do serviço”, foi aprovado. O PLC foi vetado pelo governador José Serra por vício de iniciativa e reapresentado, em mensagem do Executivo, como PLC n. 01/2009, com conteúdo e objetivos idênticos. De pronto, iniciou-se o trabalho da Apesp para a aprovação de emenda aditiva que revogue o artigo 110 da LOPGE, que proíbe o procurador de se manifestar, “por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo procurador geral”.

O momento é agora: Paridade Já!

O período que precede o anúncio da revalorização da verba honorária (VH) traz invariavelmente uma ansiedade todos os procuradores, devido à expectativa pela reconquista da paridade remuneratória. Neste ano, agregam-se à conjuntura dados que demonstram uma queda na arrecadação da VH, motivada pela crise econômica e pelas consecutivas prorrogações do PPI. Desde 2007, quando o Ministério Público e a Magistratura migraram para o regime de subsídios, a diferença salarial com as carreiras paradigmas – especialmente para os níveis iniciais – foi aprofundada. Atualmente, apenas colegas dos níveis superiores e que já adquiriam vantagens pessoais encontram-se em simetria de vencimentos com promotores e juízes. Ou seja, a paridade é exceção e não regra!

O resultado desse achatamento salarial nos níveis iniciais é evidente: diversos procuradores que ingressaram nos últimos concursos já migraram para outras carreiras jurídicas. Confirma-se assim um antigo receio: a PGE tem se transformado em uma Instituição de passagem. Na sessão do Conselho da PGE, de 20/03, a pauta temática foi sobre a questão remuneratória. Na ocasião, pactuou-se que em 2009 as tratativas com o Governo deveriam ser balizadas pela atual sistemática de revalorização das cotas da VH. No entanto, foi uníssona a ideia de que, para o 2º semestre, alternativas para o atual modelo precisam ser discutidas. Ademais, nas duas situações – a presente e a futura – a luta tem que ser pautada pelo “norte” da paridade. “Não podemos mais postergar. Precisamos diminuir as diferenças ao máximo e buscar soluções criativas para alcançar a paridade. Essa é – e sempre foi – uma bandeira histórica da Apesp”, afirma Ivan de Castro Duarte Martins, presidente da entidade.

O presente

A Apesp apresentou, durante a sessão do Conselho da PGE, de 16/04, uma proposta para ser efetivada já em 2009, com objetivo de realizar uma distribuição de cotas para os níveis efetivos da carreira (nível I ao V), equiparando o nível V ao número de cotas do procurador geral. A partir daí, manter-se-ia a diferença de sete cotas entre cada nível. Hoje, o procurador geral tem 272 cotas e o nível V recebe 235 cotas – uma diferença muito maior do que as sete cotas entre os níveis efetivos e comissionados.

A atual distribuição de cotas faz com que a PGE tenha nove níveis salariais, enquanto as carreiras paradigmas apresentam cinco níveis de remuneração, quebrando assim a simetria de vencimentos. As atuais leis dos subsídios da Magistratura e do Ministério Público preveem como maior remuneração a dos desembargadores e procuradores de justiça, e não a do presidente do Tribunal de Justiça ou do procurador geral de Justiça (veja no quadro “Saiba mais”). “Se o futuro são os subsídios, consoante determina a Constituição Federal, deve-se adotar a mesma estrutura dele, com

cinco níveis de salário, cujo maior deve ser o do nível V, juntamente com os demais cargos comissionados, e não como é atualmente, dividido em nove níveis, com quatro níveis de cargos comissionados ganhando acima do nível V”, afirma Daniel Pagliusi, diretor de Comunicações da Apesp.

Com tal sistemática, bastaria uma revalorização de 10% no valor da cota para que qualquer procurador com um quinquênio esteja com a mesma remuneração de seu paradigma nas demais carreiras jurídicas. Dessa forma, a paridade não seria apenas para os colegas que já conquistaram sexta-parte e vários quinquênios. O procurador geral, Marcos Nusdeo, foi taxativo pelo não acolhimento da proposta, deixando claro que, em 2009, a estratégia adotada será a mesma dos dois últimos anos: maior balanceamento da distribuição de cotas, para que os níveis iniciais se aproximem dos níveis superiores, e também um aumento nominal do valor da cota. Na mesma ocasião, o PGE afirmou que, sem a adoção do regime de subsídios, será muito difícil atingir a paridade para os níveis iniciais.

O futuro no Conselho da PGE

O compromisso firmado durante a sessão temática sobre vencimentos, realizada no Conselho da PGE, foi que durante o 2º semestre seriam debatidas alternativas ao atual modelo remuneratório. A “matéria-prima” para a discussão já existe:

• Regime de subsídios:

Imperativo constitucional, o regime de subsídios será trazido novamente ao debate, para que a Carreira esteja preparada quando chegar o momento certo de implementá-lo. Em 2007, em AGE promovida pela Apesp, os colegas rejeitaram, por maioria de votos, a adoção imediata. O sistema traz como vantagem a possibilidade real de reduzir a distância salarial dos níveis iniciais e levá-los à paridade. No entanto, os aumentos salariais passariam a depender de projeto de lei e ter-se-ia que abrir mão da verba honorária;

• GDOC 18575-793774/2007:

Tramita no Conselho da PGE uma proposta de projeto de lei para criação de gratificação por substituição de bancas para todas as unidades e atividades da PGE;

• GDOC 18575-813571/2007:

Proposta de projeto de lei para alteração do percentual da gratificação de difícil atendimento e minuta de decreto para a sua extensão às unidades do interior;

• Ofício n. 228/2008:

Em 2008, a Apesp enviou ao Gabinete da PGE um ofício que propõe uma readequação do valor de referência do salário dos procuradores, com um “escalonamento entre os

Saiba mais!

LC n. 1.031, de 28/12/2007, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Poder Judiciário: “Artigo 1º – O subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e dos Juízes do Tribunal de Justiça Militar passa a corresponder a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

LC n. 1.032, de 28/12/2007, que dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público: “Artigo 1º – O subsídio mensal dos Procuradores de Justiça passa a corresponder a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

níveis é fixado em patamares com variação de 5%, assim como sucede com a fixação das cotas de verba honorária; em segundo lugar, reajusta-se o valor de referência dos vencimentos do procurador geral do Estado e, por consequência, de todos os demais integrantes da Carreira, de forma que os procuradores do Estado venham a alcançar a paridade remuneratória com os respectivos equivalentes na Magistratura ou no Ministério Público bandeirantes, independentemente das vantagens pessoais adquiridas”;

• Requerimento/licença-prêmio:

Os conselheiros Daniel Smolentzov, Cristina Mastrobuono, Fernando Franco e José Renato Pires apresentaram requerimento (e minuta de proposta) para envio de projeto de lei que possibilite a conversão da licença-prêmio em pecúnia para os procuradores. Diversas carreiras já foram contempladas com o dispositivo.

O futuro no Congresso Nacional

A Apesp tem acompanhado a tramitação no Congresso Nacional de três PECs que, se aprovadas, trarão um avanço considerável para os procuradores do Estado (veja na página 6 quadro com a linha do tempo da mobilização):

• PEC n. 210/2007:

De autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC /SP), que restabelece “o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público”. Tramitação: Comissão Especial instalada no dia 14/05, com prazo de 10 sessões ordinárias da Câmara dos Deputados para apresentação de emendas. A Apesp já se articula para colher assinaturas e apresentar, no prazo determinado, emenda que inclua os procuradores. Participe da luta e envie mensagem para os deputados da Comissão Especial pela aprovação da emenda aditiva: **Presidente: João Dado (PDT/SP)**
dep.joaodado@camara.gov.br

Relator: Laerte Bessa (PMDB/DF)
dep.laertebessa@camara.gov.br

1. Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdo B
Titulares

Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br
Eliene Lima (PP/MT)
dep.elienelima@camara.gov.br
Geraldo Pudim (PMDB/RJ)
dep.geraldopudim@camara.gov.br
João Maia (PR/RN)
dep.joaomaia@camara.gov.br
Mauro Lopes (PMDB/MG)
dep.maurolopes@camara.gov.br
Dalva Figueiredo (PT/AP)
dep.dalvafigueiredo@camara.gov.br
Eduardo Valverde (PT/RO)
dep.eduardovalverde@camara.gov.br
Elismar Prado (PT/MG)
dep.elismarprado@camara.gov.br

Suplentes

Jofran Frejat (PR/DF)
dep.jofranfrejat@camara.gov.br
Marcelo Itagiba (PMDB/RJ)
dep.marceloitagiba@camara.gov.br
Marcelo Melo (PMDB/GO)
dep.marcelomelo@camara.gov.br
Natan Donadon (PMDB/RO)
dep.natandonadon@camara.gov.br
Joseph Bandeira (PT/BA)
dep.josephbandeira@camara.gov.br
Magela (PT/DF)
dep.magela@camara.gov.br
Washington Luiz (PT/MA)
dep.washingtonluiz@camara.gov.br

2. Bloco PSDB/DEM/PPS

Titulares

Alexandre Silveira (PPS/MG)
dep.alexandresilveira@camara.gov.br
Carlos Sampaio (PSDB/SP)
dep.carlossampaio@camara.gov.br
Renato Amary (PSDB/SP)
dep.renatoamary@camara.gov.br
Jorginho Maluly (DEM/SP)
dep.jorginhomaluly@camara.gov.br
Zenaldo Coutinho (PSDB/PA)
dep.zenaldocoutinho@camara.gov.br

Suplentes

William Woo (PSDB/SP)
dep.williamwoo@camara.gov.br
João Campos (PSDB/GO)
dep.joaocampos@camara.gov.br

3. Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN

Titulares

Francisco Tenorio (PMN/AL)
dep.franciscotenorio@camara.gov.br

Suplentes

Dagoberto (PDT/MS)
dep.dagoberto@camara.gov.br
Flávio Dino (PCdoB/MA)
dep.flaviodino@camara.gov.br

4. PV

Titulares

Marcelo Ortiz (PV/SP)
dep.marceloortiz@camara.gov.br

5. PSOL (ainda não houve indicação)

* A Comissão Especial ainda não está completa
** A Apesp manterá a Carreira informada, por meio do boletim “Direto de Brasília”, caso ocorram substituições.

• PEC 89/2007:

“Estabelece o mesmo teto remuneratório para qualquer que seja a esfera de governo”, de autoria do deputado João Dado (PDT/SP). Tramitação: pedido de criação de Comissão Especial. As lideranças partidárias já iniciaram as indicações dos membros. Participe da luta e envie mensagem para os deputados da Comissão Especial pela aprovação da proposta:

1. Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Titulares

Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br

2. Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN

Titulares

Gonzaga Patriota (PSB/PE)
dep.gonzagapatriota@camara.gov.br
João Dado (PDT/SP)
dep.joaodado@camara.gov.br

Suplentes

Chico Lopes (PCdoB/CE)
dep.chicolopes@camara.gov.br
* A Apesp manterá a Carreira informada, por meio do boletim “Direto de Brasília”, caso ocorram substituições ou novas indicações.
** Envie também mensagem para o deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados (dep.micheltemer@camara.gov.br)

• PEC 21/2008:

“Altera os artigos. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público”. Tramitação: pronta para ser votada na CCJ do Senado. Participe da luta e envie mensagem para o senador Alvaro Dias (PSDB/PR), autor da PEC (alvarodias@senador.gov.br), para o senador Valdir Raup (PMDB/RO), relator da PEC na CCJ (valdir.raupp@senador.gov.br) e para o senador Expedito Junior (PR/RO), autor de emendas aditivas para a Defensoria Pública e PGE (expedito.junior@senador.gov.br).

Mobilização: linha do tempo

- 22/04 – Brasília: Encontro com os deputados Flávio Dino (PC do B/MA), Roberto Magalhães (DEM/PE), José Eduardo Cardozo (PT/SP) e Carlos Sampaio (PSDB/SP);
- 23/04 – Brasília: Encontro com os deputados Arnaldo Jardim, vice-líder do PPS, e Fernando Chucre (PSDB/SP). Visita ao chefe de gabinete do deputado Henrique Fontana (PT/RS), líder do governo na Câmara dos Deputados;
- 24/04 – São Paulo: Encontro com Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados;
- 28/04 – Brasília: Encontro com os deputados Regis de Oliveira (PSC /SP) e Emanuel Fernandes (PSDB/SP). O presidente da Apesp visitou a sede da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e reuniu-se com seu presidente, André Luis Machado de Castro, com o propósito de estabelecer uma agenda conjunta que permita a mobilização das duas Carreiras que representam;
- 04/05 – São Paulo: Encontro com os deputados Milton Monti (PR/SP) e Renato Amary (PSDB/SP);
- 05/05 – Brasília: Encontro com os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e Jorginho Maluly (DEM/SP);
- 06/05 – Brasília: Encontro com os deputados Carlos Sampaio (PSDB/SP), Marcelo Ortiz (PV/SP) e Edinho Bez (PMDB/SC);
- 06/05 – Brasília: Encontro com os senadores Álvaro Dias (PSDB/PR), Valdir Raupp (PMDB/RO) e Renan Calheiros (PMDB/AL), líder do partido no Senado.



A mobilização em dois momentos: encontro com Michel Temer, em São Paulo; e com o senador Valdir Raupp, em Brasília.

Especial Brasília

A mobilização da Apesp continuou por todo o mês de maio. A edição n. 42 do Jornal do Procurador publicará o “Especial Brasília”, no qual dará continuidade aos relatos das visitas aos deputados e senadores, novidades sobre a tramitação das PECs, a retomada da seção Unidade em Foco na PGE SP/Brasília, dentre outros temas.

Nilton de Freitas Monteiro (1956-2009)

Considerando que conheci Nilton de Freitas Monteiro no primeiro dia de aula da Faculdade de Direito, e que nestes mais de 30 anos a relação de amizade nunca foi interrompida, embora a convivência nem sempre fosse contínua, tenho histórias para muitas crônicas sobre o Nilton. Vou tentando lembrar aquelas que sejam mais relevantes para mostrar a singular personalidade do colega e amigo que perdemos e a memória vai projetando um longo filme. E logo chego à conclusão do repórter de *Cidadão Kane* (um dos filmes preferidos do Nilton): inútil procurar um “rosebud”. Vidas humanas não podem ser achatadas em uma palavra ou em alguns fatos. De modo que, renunciando a essa inútil pretensão, vou apenas projetando o filme do Nilton retido em minha memória, sem interferir.

Escambo de livros no primeiro ano da Faculdade. Trocamos *Direito e luta de classes*, de Stucka, pela *Miséria da filosofia*, de Marx. Não consigo lembrar qual livro era de quem, mas sei que ficamos satisfeitos com o escambo. Miseravelmente, diria hoje, para quem ficou com Stucka.

Aula de Introdução ao Estudo do Direito. O austero professor Teófilo Cavalcanti Filho de vez em quando terminava as aulas escolhendo um aluno para fazer perguntas sobre a matéria dada. Diante do livro de presença, fazia um círculo com a caneta no ar e apontava ao acaso uma assinatura. Invariavelmente recaía no Nilton. Com o tempo, o só início do ritual, o girar da caneta, já fazia com que voltássemos aliviados o olhar para o Nilton: o movimento da mão do Teófilo, sempre o mesmo, e a posição da assinatura do Nilton no livro repetiriam o acaso infinitamente, o que nos deixava a salvo da severa inquirição do Teófilo. O Nilton, disciplinadamente, jamais reclamou. Respondia, ao que me lembro, com certa eficiência e, após alguma perplexidade, resignou-se.

Santista, por isso morador do Ninho das Águias (para os não iniciados, a Casa do Estudante na avenida São João), viveu plenamente duas das melhores tradições da Faculdade: o culto à literatura e a ação política. Foi presidente da Academia de Letras da Faculdade e militante do PCB, partido que então somava nas Arcadas o significativo número de três membros, entre os quais eu e ele. Tínhamos, por isso, que compen-

sar nossa reduzida penetração na “massa” (como usava dizer a linguagem do Movimento Estudantil) aprendendo a arte da estratégia política e a arte de fazer alianças.

E assim, com alianças e certa dose de estratégia, fomos ambos eleitos delegados da Faculdade ao Congresso de reconstrução da UNE na Bahia, em 1977. Ao encontrar com o Nilton na Praça Castro Alves, local de chegada das delegações, deu-se o episódio que me custaria 30 anos de gozação dele. Esfomeado, procurei avidamente um boteco na praça e cometi a bobagem de dizer: “Vou comer uma coxinha”. Ele ficou indignado. Nunca me perdoou: “Você não pode chegar à Bahia e comer uma coxinha!” Desgraçadamente não dissera apenas “acho que vou comer algo”. O vislumbre de um boteco associou-se à maldita coxinha na minha mente paulistana.

Pensão na rua do Catete. Viajamos várias vezes ao Rio para reuniões do Movimento Estudantil. Ficávamos em uma pensão exatamente atrás do Palácio do Catete, depois demolida pelo Metrô. A janela do quarto térreo abria-se para o Palácio, já Museu da República, onde entrávamos e vagávamos quando a política estudantil permitia.

Com Prestes no Rio. Nilton, eu e dois colegas da PUC fomos recebidos por Prestes, recém-retornado do exílio, em seu apartamento, na qualidade de jovens militantes do PCB. Ouvimos do próprio protagonista da História, generosamente, durante três horas ininterruptas, toda a trajetória da Coluna, o exílio, o rompimento com os tenentes, a Revolução de 30, a sua entrada no Partido. Desse episódio também ficou uma brincadeira que deliciava o Nilton. Em dado momento, dei-me conta de que não estava com a minha agenda na mão (preciosa para um militante atarefado, não podia ser perdida). Levantei-me aflito, tão abrupta e desajeitadamente que quase matei de susto o velho Prestes. Deve ter pensado que ali terminaria sua trajetória, nas mãos daqueles desconhecidos estudantes que poderiam, afinal, ser terroristas de direita infiltrados... O Nilton nunca me permitiu esquecer o episódio, que contava divertido arrematando: “Quase tomamos um tiro”.

Refinada ironia. Há uns dez anos, jantando em um restaurante com um grupo grande de procuradores. Nilton ao meu lado e ao lado



dele José Damião de Lima Trindade, também nosso companheiro da antiga militância, sempre combatendo o bom combate, e cujas convicções filosóficas são muito claras e conhecidas. Polemizavam acirradamente sobre algo que eu não ouvia. Nilton interrompe a conversa, inclina-se para mim e diz em voz baixa: “Ele pensa que não acredita em Deus”; imediatamente volta-se para retomar a polêmica com o Damião.

Mary pediu-me que falasse na missa. Eu disse das duas generosidades que marcaram o final de sua vida. Uma consigo mesmo, ao jamais deixar-se levar pelo modelo de vítima. Nenhuma queixa, rancor ou amargura com o destino. Todos que o visitaram perceberam, rigorosamente, o mesmo espírito do tempo em que era são. A outra conosco, ou, melhor dizendo, com a sociedade. Após a primeira operação, consciente da extrema gravidade do seu mal, mandava para mim e para o procurador geral adjunto Marcelo de Aquino estudos e mais estudos que coletava defendendo uma concepção mais aberta, menos formalista e mais atenta a princípios para a atuação da Procuradoria. Sua concepção do Direito havia mudado e ele remetia aquelas mensagens agoniado porque o tempo corria. Exerceu a real generosidade do

Novo Conselho: conheça o representante do Contencioso Tributário-Fiscal

No dia 07/04, a Carreira escolheu o colega Clayton Eduardo Prado como representante da área do Contencioso Tributário-Fiscal. O pleito foi realizado, de forma inédita, pela internet. A seguir, o Jornal do Procurador publica um breve perfil do novo conselheiro e uma enquete com a seguinte pergunta: “Com o objetivo de fortalecer institucionalmente a PGE e a Carreira de procurador de Estado, quais prioridades o senhor irá defender durante a sua gestão?”

Formação acadêmica: graduado em Direito (1988) e mestre em direito tributário pela PUC/SP (2007).

Trajetória na PGE: ingressou em 1990 na Procuradoria Fiscal, Unidade onde se encontra classificado até hoje; procurador do Estado assistente na Procuradoria Fiscal (1993/1996); procurador do Estado assistente na Subprocuradoria Geral da Área do Contencioso (2002); procurador do Estado chefe da Procuradoria Fiscal (2003/2007); juiz do Tribunal de Impostos e Taxas - TIT (2001/2003).

“Como representante eleito, pretendo ser um porta-voz dos procuradores no Conselho, foro adequado para discussão dos assuntos mais caros à nossa Instituição. Como o mandato do governador José Serra já se adentra na segunda metade, é necessário que o procurador geral do Estado defina os projetos passíveis de serem realizados nesse período relativamente curto, que se finda em 2010. Para tanto, o Conselho assume papel preponderante, pois é a partir dos debates realizados nesse órgão que tais metas devem ser traçadas.

Considerando que já estamos no mês de maio, o reajuste da remuneração é a prioridade número um. Solucionada a questão de curto prazo, precisamos refletir sobre eventuais propostas de alteração legislativa que venham a aprimorar o



sistema remuneratório, em sintonia com o que está ocorrendo nas demais Carreiras jurídicas.

Outro aspecto essencial é o fortalecimento da estrutura de apoio dos procuradores. Urge criar uma burocracia estável, bem remunerada e tecnicamente preparada para dar suporte à Advocacia Pública. Cito, como exemplo, a assunção do controle da dívida ativa, atividade que transcende o conhecimento do bacharel em Direito e requer a contratação de especialistas, para uma atuação verdadeiramente profissional.

No âmbito do Contencioso Tributário-Fiscal, é necessário sanar as falhas do sistema que estão causando insegurança e dificultando a atuação dos procuradores, pois a transferência dessa importante função, embora constitucionalmente prevista, só se justifica pelo aumento da eficiência na cobrança dos débitos fiscais.

Nos próximos meses, deverão ser revistas as regras do concurso de promoção por merecimento, outro assunto prioritário. Há outras diversas questões que devem ser debatidas nos próximos tempos, já destacadas pelos demais conselheiros eleitos, em edição anterior deste jornal, já que iniciaram os seus mandatos antes de mim. Pretendo contribuir para a construção de um diálogo respeitoso e de alto nível e, naturalmente, apoiar todas as iniciativas que venham a representar um fortalecimento institucional da PGE”.

filósofo, quando podia licitamente apenas cuidar de si mesmo naquela circunstância: a de não ser omissor ao convencer-se de que tinha a sabedoria de alguma coisa.

Na missa, contei ainda que ele havia dito certa vez que *Brisa Marinha*, de Mallarmé, era o mais belo poema que havia lido. Transcrevo (na tradução do nosso colega Augusto de Campos) o poema apenas porque era o seu preferido, sem alusões ou metáforas. Mas não deixo de notar que, como no verso, às vezes parecia mesmo que o Nilton havia lido todos os livros.

A carne é triste, sim, e eu li todos os livros.
Fugir! Fugir! Sinto que os pássaros são livres,
Ébrios de se entregar à espuma e aos céus
[imensos.

Nada, nem os jardins dentro do olhar suspensos,
Impede o coração de submergir no mar
Ó noites! nem a luz deserta a iluminar
Este papel vazio com seu branco anseio,
Nem a jovem mulher que preme o filho ao seio.
Eu partirei! Vapor a balouçar nas vagas,
Ergue a âncora em prol das mais estranhas
[plagas!

Um Tédio, desolado por cruéis silêncios,
Ainda crê no derradeiro adeus dos lenços!
E é possível que os mastros, entre ondas más,
Rompam-se ao vento sobre os naufragos, sem
[mas-

Tros, sem mastros, nem ilhas férteis a vogar...
Mas, ó meu peito, ouve a canção que vem do
[mar!

Márcio Sotelo Felipe é procurador do Estado, classificado na Consultoria Jurídica da Secretaria Estadual do Ensino Superior. Foi procurador geral do Estado de 1995 a 2000.